

# TESE AO 10º CONGRESSO DA FEEB-RS DA ARTICULAÇÃO SINDICAL BANCÁRIA

## 1. CONJUNTURA

### 1.1. INTERNACIONAL

No final de 2008, a partir da quebra do Banco Lehman Brothers e do estouro da “bolha imobiliária” norte-americana, que vinha funcionando há anos em uma espiral formada por papéis podres, sem qualquer lastro real, provocou no mundo, em especial nos Estados Unidos, Europa e Japão, um verdadeiro caos no sistema financeiro. O resultado foi a falta de crédito e a descapitalização das empresas, com reflexos em vários outros setores da economia.

O total descompasso entre a economia real e a fictícia protagonizou a quebra de grandes instituições, até então consideradas intocáveis. Conforme relatório do Bank for International Settlements (BIS), enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) mundial representava 65 trilhões de dólares, os derivativos e outras inovações financeiras giravam em torno de 600 trilhões de dólares.

Esta crise ganha uma nova conotação à medida que, diferentemente de crises anteriores, onde os países periféricos sentiam os maiores impactos e os países ricos passavam incólumes, desta vez são exatamente os países ricos os que estão sentindo os maiores efeitos, enquanto os em desenvolvimento, com sistemas bancários construídos sob padrões mais criteriosos, também vêm sendo afetados, mas em menor escala.

Um dos sintomas de um modelo que se esgotou é a crise do neoliberalismo, iniciado no final dos anos 80 por Reagan e Thatcher e fortemente implantado no América Latina, nos anos 90, durante os governos neoliberais em diversos países, como no período de FHC no Brasil, que provocou desastres para a classe trabalhadora, sobretudo no Brasil, Argentina, Chile e México, resultando em grande endividamento interno e externo, privatizações, desemprego, piora dos serviços públicos e redução do papel do estado na economia.

Foram exatamente os resultados desastrosos das políticas neoliberais que proporcionaram a eleição de governantes de centro e de esquerda na maior parte dos países da América do Sul, que passaram a construir alternativas político-econômicas que não seguiram as regras ditadas pelo Consenso de Washington.

A defesa do estado mínimo e a máxima de que o mercado deveria reger a economia e se auto-regular livremente, conforme a tese neoliberal, foram as grandes responsáveis pela formação da bolha imobiliária e do sistema de alavancagem do sistema financeiro, sem qualquer lastro, que resultou na derrubada da espiral financeira e no desaparecimento do mercado de bilhões e bilhões de dólares em títulos podres, que simplesmente desapareceram provocando a quebra de dezenas de instituições financeiras e outras tantas que necessitaram da injeção de dinheiro público para sobreviver.

Curiosamente, países que ditaram as regras da não intervenção do estado na economia e a total liberdade do mercado, como Estados Unidos e Inglaterra, tiveram que usar o estado para salvar suas instituições financeiras, inclusive estatizando algumas delas, passando o controle para as mãos do estado.

## **1.2. NACIONAL**

A crise no Brasil, embora tenha atingido setores exportadores, especialmente de commodities, sofreu efeitos menos danosos do que as economias norte-americana, japonesa e européia.

No início, o governo Lula tratou de tranquilizar a população quanto aos efeitos da crise, principalmente porque a mídia brasileira abria grandes espaços em seus noticiários, apresentando a crise como uma catástrofe anunciada e que chegaria ao Brasil em proporções ainda maiores do que nos países ricos, afinal, historicamente as crises mundiais sempre provocaram muito mais estragos nos países emergentes do que no mundo desenvolvido.

A mídia injetou ainda uma forte dose de conotação política na crise, alegando que o governo Lula vinha atuando até então em uma conjuntura internacional favorável, de forte crescimento econômico mundial e, portanto, o enfrentamento da crise seria o grande teste deste governo.

Quando os primeiros sinais de desaquecimento da economia surgiram no Brasil, em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, provocando redução de postos de trabalho, anúncio de férias coletivas na indústria automobilística e forte redução do crédito, o governo tomou medidas anticíclicas para conter essa tendência. Através do Programa Especial de Crédito (PEC), injetou 6 bilhões de reais no BNDES para financiar o capital de giro das empresas.

O governo apresentou e aprovou no Congresso Nacional medida possibilitando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal comprarem bancos em dificuldades financeiras, o que afastou qualquer possibilidade de um novo PROER, como ocorreu no governo FHC, ou seja, a utilização pelos bancos em dificuldades de recursos públicos sem qualquer contrapartida.

Além disso, reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para reaquecer a venda de carros novos e da linha branca, além de uma linha de crédito do Banco do Brasil de 4 bilhões de reais para as montadoras. Criou uma linha de crédito especial para as revendedoras de carros usados. Ampliou em 10 bilhões de reais o Fundo da Marinha Mercante.

O aumento do salário mínimo, acima da inflação, política que vem sendo implantada desde o início do governo Lula, em parte graças à atuação da CUT nas negociações da recomposição do Salário Mínimo e das Marchas da Classe Trabalhadora, em Brasília, é componente importante para o aumento do consumo e a contenção da crise e seus efeitos. O aumento do Salário Mínimo em 12%, em 2009, proporcionou o ingresso de aproximadamente 27 bilhões de reais durante o ano, beneficiando 43 milhões de pessoas, segundo estimativas do Dieese.

Os programas sociais também são componentes importantes de distribuição de

renda e combate à crise à medida que representam mais dinheiro circulando, portanto, mais consumo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também acabou sendo grande impulsionador do reaquecimento da economia à medida que abrange todos os estados do país e se dá em parcerias com estados e municípios proporcionando investimentos em infra-estrutura, tais como estradas, portos e aeroportos, assim como saneamento básico e aquisição de máquinas e equipamentos, gerando alavancagem de diferentes setores econômicos, em especial a construção civil, setor também que foi e está sendo beneficiado com o programa de construção de um milhão de moradias para famílias com rendimento de até cinco salários mínimos.

O presidente Lula defendeu que a saída para a crise deveria ser a manutenção do consumo e até aumentá-lo, como forma de girar a engrenagem da produção e do comércio e fortalecer a atuação do Estado como elemento alavancador da economia, proporcionando o incentivo a criação de novos empregos, ou seja, um discurso oposto dos “remédios” neoliberais tradicionais, ou seja: da redução do estado, do corte de despesas e de pessoal.

Com certeza, se essa crise encontrasse o Brasil funcionando sob o mesmo prisma político e econômico deixado por FHC, sob o comando do PSDB/DEM, as conseqüências para o país seriam extremamente danosas para a classe trabalhadora e os segmentos mais pobres da população.

O grande mercado interno brasileiro, incentivado por investimentos governamentais, fortalecido por uma elevada reserva internacional, da ordem de mais de 200 bilhões de dólares, deve proporcionar ao Brasil sair desta crise ainda mais fortalecido. Graças ao acerto das medidas tomadas pelo governo, a crise acabou sendo uma “marolinha”, como Lula havia previsto.

O sistema financeiro brasileiro não está alicerçado nos mesmos moldes dos Estados Unidos, Europa e Japão, que se renderam ao “Deus Mercado” permitindo alavancagem sem qualquer lastro. Alguns bancos norte-americanos que quebraram trabalhavam com alavancagem de 1 por 40, ou seja, a cada dólar captado colocavam outros 40 no mercado, enquanto o Bank for International Settlements (BIS) de Basileia, na Suíça, orienta que os bancos não emprestem mais do que nove vezes o que arrecadam e tenham coerência em relação aos prazos de empréstimos e restituições para evitar períodos descobertos. No Brasil os bancos têm trabalhado dentro dos padrões sugeridos por Basileia 4, com alavancagem não superior a 11 vezes o valor captado.

Durante os anos 2004 a 2007, o Brasil apresentou taxas de crescimento em média de 4,4% contra os 2,1% registrados nas duas décadas anteriores. Neste período, embora a maior parte dos acordos coletivos tenha apresentado aumentos reais de salários, com aumento da produtividade e redução de custos graças aos avanços tecnológicos, os setores patronais, especialmente os bancos, obtiveram lucros astronômicos, sem a preocupação de socialização deste excedente.

Desta forma, foi correto o posicionamento firme da CUT de rechaçar qualquer discurso que viesse no sentido de “socializar” os prejuízos, como fez na campanha de que “os trabalhadores não vão pagar pela crise”.

O sistema financeiro brasileiro é um dos mais rentáveis do planeta graças à

combinação de altas taxas de juros aos empréstimos oferecidos em relação aos recursos captados (spread) e taxas abusivas. Conforme Amir Khair, o banco espanhol Santander cobra 146% sobre o cheque especial no Brasil enquanto na Espanha cobra 0% (zero por cento) por seis meses até 5 mil euros. Assim os ganhos dos bancos estrangeiros no Brasil sustentam suas matrizes.

A taxa Selic é outro aspecto em que o Brasil tem um destaque negativo por possuir a maior taxa de juros do mundo. Conforme estudo recente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil possui a maior taxa de juros do mundo, 11 vezes maior do que os países desenvolvidos e 5 vezes o da média dos países em desenvolvimento.

Embora o Copom venha reduzindo a taxa de juros, saindo dos dois dígitos pela primeira vez em décadas, ainda é necessária maior redução para que o Banco Central não seja responsabilizado por atuar com atraso e de forma extremamente conservadora no enfrentamento de qualquer crise, considerando que o perigo da volta da inflação não seja uma realidade.

Aos primeiros sinais de crise no Brasil, a partir de dezembro de 2008, com a mídia apresentando um quadro extremamente negativo e sombrio, o empresariado deflagrou um processo de demissões, enquanto aguardava uma sinalização mais clara dos efeitos e tempo de duração da crise, provocando inclusive em alguns setores a falta de mão-de-obra quando em janeiro começaram a chegar os pedidos de fornecimento. Os patrões utilizaram a crise como justificativa para tentar empurrar goela abaixo da classe trabalhadora, com ajuda do PIG (Partido da Imprensa Golpista) e seus aliados, sua antiga bandeira, a flexibilização de direitos.

A justificativa de que as leis trabalhistas brasileiras são extremamente rígidas, o que dificulta a desenvoltura do capital em momentos de crise, não é verdadeira, pois, enquanto foram criados 1,5 milhões de empregos em 2008, 15 milhões de trabalhadores foram demitidos, contra a contratação de 16,5 milhões, ou seja: demitir ainda continua sendo uma alternativa fartamente utilizada pelo empresariado, não justificando, portanto, a rigidez da lei.

Neste cenário, cabe à Feeb/RS e ao movimento sindical e social organizado não apenas serem firmes em relação ao combate às demissões, mas também de apresentarem propostas para o futuro, construindo uma agenda que sinalize para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e aproveitando este momento em que o neoliberalismo está em xeque no mundo inteiro.

### **1.3. ESTADUAL**

Após três anos de gestão, o governo Yeda pouco mudou em relação ao triste esboço que se projetava antes mesmo de assumir o Palácio Piratini, quando pediu ao seu antecessor que elevasse impostos, através de um tarifaço, que renegava completamente o seu discurso de campanha. Depois, ela só continuou amalhando marcas indeléveis de uma vocação essencialmente conflitiva, cujo método desconhece o verbo negociar e cujo padrão de gestão é o do desmonte das funções públicas de Estado.

Com espírito auto-destrutivo, mudou mais de 60 secretários e assessores, alguns destituídos por mero aviso no Diário Oficial, outros atropelados em colisão frontal, no mesmo confronto contrariado do próprio vice-governador. E outros ainda foram demitidos depois de flagrados em gravações comprometedoras que estarreceram a opinião pública.

A mandatária tucana investiu fortemente contra os professores, atormentados com as escolas de lata e o sucateamento da Uergs. Atacou os movimentos sociais do sem terra Elton Brum da Silva, fuzilado em São Gabriel; tentou a prorrogação dos pedágios; desafiou outros poderes e espezinhou aliados, perdendo votações importantes no parlamento. Um secretário de pasta destacada cunhou a expressão que definiu o governo como uma "fábrica de más notícias".

Apesar da resistência dos bancários e da oposição no parlamento gaúcho, Yeda vendeu 42% das ações do Banrisul, no melhor estilo tucano, sob o discurso de capitalização do banco. Agora, quase metade dos lucros do banco é dividida com investidores estrangeiros, diminuindo recursos essenciais para investimentos no Estado. Já o dinheiro obtido com a venda das ações, que seria usado em fundos de aposentadoria, acabou sendo desviado para tapar buracos de estradas abandonadas no interior gaúcho. Um descaso com o patrimônio do povo gaúcho.

A este perfil agressivo, a administração tucana ainda agregou sentimentos de suspeita, descrença e desconfiança, do ponto de vista ético e moral, inéditos na história do nosso Estado. Devido a sua notória falta de habilidade política impediu que a Assembleia Legislativa investigasse os indícios que levaram o Ministério Público Federal a registrar a existência de uma organização criminoso na estrutura do Executivo, que resultaram em uma CPI boicotada pela sua base aliada e provocaram um incomum pedido de impeachment, igualmente engavetado pelos seus correligionários, maioria no Legislativo.

No início do seu quarto ano de gestão, com a mesma cantilena midiática anterior, alardeia nova propaganda conhecida de um déficit zero que só foi obtido às custas de um custo máximo social, produzido pela retirada de recursos de áreas essenciais das políticas públicas para os mais necessitados, como educação, saúde e segurança. É, pois, um governo autoritário que agoniza em grave estado de suspeição.

## **2. PROJETOS PARA A PRÓXIMA GESTÃO**

A Feeb/RS precisa desenvolver ações que dêem mais visibilidade ao trabalho desenvolvido por ela. Precisa se aproximar mais da categoria e da sociedade. Uma entidade deste porte não pode trabalhar apartada dos trabalhadores. O suporte aos seus filiados é sua função preponderante, mas é imperativa uma aproximação maior dos trabalhadores na base, principalmente no interior onde as dificuldades são maiores.

Não poderá a Feeb-RS continuar direcionando sua atuação apenas para os dirigentes eleitos e delegados sindicais. Será preciso envidar esforços e consensar ações com os sindicatos filiados para que a base reconheça o trabalho e a luta desenvolvida.

Teremos que buscar forma de levar cada vez mais a Feeb-RS até o interior do Estado. Realizar reuniões periódicas na sede dos sindicatos para melhor divulgar o trabalho da Federação, conhecer a realidade de cada região do Estado e sentir de perto as necessidades e os anseios da categoria.

Será preciso muito esforço para construir políticas que realmente unifiquem os milhares de trabalhadores e trabalhadoras que não trabalham em bancos, mas que exercem as mesmas funções de bancários, pois prestam serviços a empresas terceirizadas, lotéricas e correspondentes e, portanto, são também trabalhadores do ramo financeiro.

A Feeb-RS terá que firmar compromisso de trazer à tona o debate sobre o fortalecimento da organização dos trabalhadores. As transformações ocorridas no mundo do trabalho e a nova reestruturação produtiva, principalmente em nossa categoria, nos impõem a buscar alternativas que fortaleçam a organização sindical.

## **2.1. LINHA POLÍTICA E ORGANIZACIONAL**

### **A. CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA**

Na greve de 2009, os bancários deram mais uma grande demonstração de sua organização nacional, de sua determinação de luta e de sua percepção de que sua força para conquistar direitos reside na capacidade de juntar todos esses atributos com a unidade de ação. Foi isso que permitiu aos bancários mais uma campanha vitoriosa, que garantiu aumento real pelo sexto ano consecutivo e serve de exemplo a todos os trabalhadores brasileiros.

Conforme avaliação da Contraf-CUT, foi a maior greve da categoria em mais de duas décadas, que parou 7.200 agências de bancos públicos e privados nos 26 Estados e no Distrito Federal. Além de ganho real, os bancários obtiveram conquistas importantes, como a melhor PLR desde a sua implantação em 1995, a abertura de 15 mil novos postos de trabalho no Banco do Brasil e na Caixa, a ampliação da licença-maternidade para 180 dias em todos os bancos, a inclusão pela primeira vez na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de programa de reabilitação profissional e a instalação de comitês de ética para combater o assédio moral no BB e na Caixa.

Também ocorreram avanços nas cláusulas sociais, como na igualdade de oportunidades, o reconhecimento dos direitos legais nas relações homoafetivas e o compromisso de retomada das comissões para discutir saúde e segurança bancária.

### **Força da greve**

Do nosso lado, a campanha começou com o Comando Nacional dos Bancários, sob a coordenação da Contraf-CUT, deflagrando um processo de consultas, pesquisa nacional e conferências, buscando a participação da categoria e preparando a mobilização dos trabalhadores. A mídia nacional da campanha, construída com sindicatos e federações, colocou o movimento na ofensiva: “bancos abusam; cadê a responsabilidade social?”.

Do outro lado, os bancos vieram com a estratégia clara de interromper a série de aumentos reais de salário que a categoria vinha conquistando desde 2004 e de reduzir de 15% para 5,5% do lucro líquido o montante da PLR a ser distribuído aos trabalhadores.

Para conter a participação da categoria e reprimir a greve, os bancos mais uma vez usaram e abusaram dos interditos proibitórios e chegaram a montar uma estratégia de repressão com a polícia militar, como foi descoberto e denunciado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Mas os bancários deram uma resposta à altura à provocação dos banqueiros e fizeram uma das maiores greves da categoria. Com toda a certeza, foi a que contou com a maior participação de trabalhadores de bancos privados desde a paralisação histórica de 1985. Com unidade e força da mobilização, os bancários arrancaram dos bancos uma nova proposta, que impediu retrocessos, trouxe avanços e novas conquistas, coroando um processo intenso de organização e mobilização.

### **Construindo a unidade**

O êxito da campanha se deve em grande parte à estratégia de unidade nacional que vem sendo buscada desde 2003 e à forma democrática de construção da pauta de reivindicações. A campanha de 2009 começou logo após o fechamento do acordo de 2008, com o prosseguimento das discussões nas mesas temáticas de questões importantes para a categoria, como a igualdade de oportunidades, a segurança bancária, a necessidade de implementação de políticas de combate ao assédio moral e às metas abusivas e a busca de um novo modelo de PLR, que fosse mais simples, transparente e justo para os bancários.

A minuta começou a ser discutida pela categoria ainda em abril, quando o Comando Nacional dos Bancários se reuniu em São Paulo para planejar a campanha. Entre maio e junho, os sindicatos realizaram consultas em todo o país para conhecer os principais problemas e as reivindicações dos bancários, reforçadas por uma pesquisa nacional encomendada pela Contraf-CUT. Os resultados das consultas nortearam os debates nas assembleias dos sindicatos e nas conferências regionais, cujos resultados foram encaminhados para aprovação final da 11ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada entre 17 e 19 de julho.

A busca incessante da unidade nacional da categoria e a maior participação possível dos bancários nos debates e processos de tomada de decisão foram e são dois princípios básicos que sempre perseguimos, porque acreditamos serem elas as nossas armas mais importantes no embate com o patronato, o que ficou comprovado mais uma vez na campanha.

### **A luta continua**

Graças a essa unidade nacional, ao esforço permanente pelo fortalecimento da organização e ao exercício da participação democrática nas mobilizações, os bancários são a única categoria profissional com múltiplas empresas que possuem uma única convenção coletiva, que garante os mesmos direitos a todos os trabalhadores de todos os bancos, públicos e privados, em todo o país. Foi assim,

com unidade e muita luta, que a categoria bancária obteve todas as suas conquistas através da história.

Apesar das vitórias obtidas, restam ainda várias reivindicações não atendidas. Muitas estão agora em discussão nas mesas de negociações permanentes. A luta continua pelo fim do assédio moral e das metas abusivas, garantia de emprego nos processos de fusão, contratação de mais bancários para diminuir a carga de trabalho e melhorar o atendimento à população, mais segurança contra assaltos, previdência complementar, igualdade de oportunidades para todos, planos de carreiras, cargos e salários, isonomia de direitos e combate às práticas antissindicais.

O desafio é manter a unidade, aperfeiçoar a organização e intensificar a mobilização em busca de novas conquistas, com garra, participação e luta.

A manutenção da estratégia de campanha salarial unificada é, pois, o caminho mais seguro para os próximos enfrentamentos com os bancos, na perspectiva de avançar as lutas e conquistas dos trabalhadores.

## **B. SISTEMA FINANCEIRO**

O Sistema Financeiro Nacional não está adequado para servir de instrumento de desenvolvimento que possa superar o quadro de atraso e de profunda desigualdade que caracteriza o país. Ao contrário, hoje a configuração vem apenas reforçar a política de concentração de rendas, seja em determinada classe social, seja em determinada região.

O quadro abaixo é um pequeno exemplo da quantidade de cidades que estão totalmente fora do sistema financeiro:

Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul
282	203	1.022	384	305

Municípios sem agência bancária e sem PAB

Esse quadro seria ainda mais dramático se não tivesse a participação dos bancos públicos sobreviventes da política de privatização conduzida nos anos 90 pelo governo FHC, que entregou aos banqueiros o Meridional e quase todos os bancos estaduais do país, restando hoje apenas cinco: Banrisul, Banpará, Banestes, Banco Regional d Brasília (BRB) e Banese,

Durante a crise econômica que abalou o mundo no segundo semestre de 2008 e se estende até os dias atuais, ficou clara a importância da organização do sistema financeiro.

Há a necessidade de sua regulamentação e, principalmente, o controle dessas instituições que buscam o lucro para os banqueiros a qualquer preço, hoje ainda mais agravado com o pagamento de bônus milionários aos executivos dessas instituições, que fazem qualquer coisa para apresentar resultados, ainda que fictícios.

A política de juros, cobrança de tarifas, inclusão de toda a população no sistema, políticas de crédito direcionadas, visando o desenvolvimento e geração de emprego

e renda, a regulamentação das cooperativas de crédito, ou seja, todo o perfil de atuação dos bancos, pode ser configurado com a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal.

Quando se argumenta sobre o papel dos bancos públicos, é importante lembrar que também os bancos privados são concessões e, portanto, também têm obrigações sociais.

A Contraf/CUT já vem coordenando a discussão para a apresentação de propostas, visando atualizar o projeto de lei, elaborado em 1992 pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB), para regulamentação do artigo 192.

Cabe à Feeb/RS assumir o protagonismo nesse debate no Estado, buscando envolver a categoria e a sociedade gaúcha para que possamos juntos pressionar o governo e o Congresso Nacional para a aprovação da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, sob a ótica do controle público dessas instituições.

### **Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal**

O artigo 192 da Constituição Federal diz que “o Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”. A regulamentação desse artigo se dará através de lei complementar a ser aprovada no Congresso Nacional.

A nossa linha de atuação deve contemplar os pontos abaixo:

I. Introduzir na Lei Complementar dispositivos que assegurem base legal para a ampliação progressiva de algumas das proposições que temos defendido:

a) instrumentos eficazes de controle democrático da sociedade sobre o sistema financeiro;

b) direcionamento do crédito e regulação dos juros para as áreas prioritárias, sendo estas definidas sempre pela luta política, por meio de Lei Anual de Diretrizes do Sistema Financeiro;

c) imposição de limites à ação predatória do capital bancário;

d) defesa dos bancos públicos e de sua atuação econômica e social, ao lado do desenvolvimento do controle democrático da sociedade sobre estes bancos.

II. Barrar os objetivos das correntes liberais e conservadoras:

a) limitar ou aniquilar os bancos públicos, para alguns; para outros, perpetuar a utilização destes bancos como instrumentos de sustentação e ampliação de esquemas clientelísticos e de assalto organizado aos cofres públicos;

b) reduzir ao máximo o controle democrático da sociedade sobre o sistema financeiro, como é o caso típico das propostas de "independência" do Banco Central do Brasil;

c) dificultar ou impedir a utilização do controle e regulamentação do crédito como instrumento legítimo de política econômica e de viabilização das políticas sociais;

Não se trata de alcançar neste processo uma ampla reformulação do sistema financeiro nacional, mas de lançar bases para o desenvolvimento da luta neste sentido, que só poderá evoluir com o avanço geral da luta política.

A expectativa é inscrever na Lei Complementar princípios e instrumentos legais que poderão depois favorecer a nossa intervenção política.

A Lei Complementar deverá consagrar os princípios maiores da estrutura, gestão e atribuições do sistema financeiro, bem como suas obrigações e restrições. Detalhamentos destes princípios caberão a leis ordinárias, inclusive as leis orçamentárias e de programação anual da ação do Executivo, bem como para a atuação dos órgãos de regulação e gerenciamento do sistema.

### **O papel dos bancos públicos na crise**

O agravamento da crise econômica internacional, ocorrido no segundo semestre de 2008, teve como efeito mais imediato a restrição generalizada do crédito. Com as "torneiras fechadas", o risco em alta, as políticas econômicas mundiais tiveram como alvo principal a sustentação de instituições financeiras e a volta gradual do crédito.

No Brasil, quando os primeiros sinais de desaquecimento da economia surgiram, entre dezembro de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, provocando redução de postos de trabalho, anúncio de férias coletivas na indústria automobilística e forte redução do crédito, o governo federal tomou medidas anticíclicas para conter essa tendência, através do Programa Especial de Crédito (PEC) injetou 6 bilhões de Reais no BNDES para financiar o capital de giro das empresas.

Já a atuação dos bancos privados, ao contrário, foi fator de agravamento da crise. Com restrições de crédito no exterior, os bancos privados com atuação no Brasil adotaram a política de restringir as linhas de crédito internamente, inclusive para as grandes empresas, alegando aumento de inadimplência.

O caso da Petrobrás é exemplar. Apesar de sua situação privilegiada economicamente, de uma hora para outra se viu sem condições de renovar suas linhas de crédito junto aos bancos privados e teve que buscar socorro junto aos bancos públicos.

A atuação dos bancos públicos, BNDES, Caixa e Banco do Brasil, foi vital nesse período e demonstraram de forma inequívoca como são estratégicos para o país. Não apenas mantiveram as suas linhas de crédito como também suprimiram as linhas fechadas pelos bancos privados, para evitar a paralisia gradual da economia.

Não há dúvidas sobre a importância estratégica dos bancos públicos. Mas há muito espaço para ampliar a sua atuação, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento do país.

Embora a Caixa venha cumprindo um papel importante na sustentação e repasse financeiro das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, o Banco do Brasil ainda resiste em cumprir seu papel efetivamente voltado para um crescimento sustentado, com crédito e condições que correspondam ao seu potencial financeiro e capilaridade nacional, principalmente no financiamento da agricultura e comércio exterior.

Fácil imaginar como a economia brasileira estaria débil e à deriva se a trajetória privatista e de inserção externa subordinada aos interesses dos países ricos dos anos 90 não tivesse sido interrompida. Sem bancos públicos (BB, Caixa e BNDES) e empresas estatais, como Petrobras e Eletrobrás, por exemplo, o Brasil não teria a mínima condição de responder imediata e positivamente à crise do crédito e do investimento privado. Países que se desfizeram de bancos e empresas públicas, como o caso argentino, convivem hoje com maiores dificuldades para enfrentar afirmativamente à crise.

### **O papel do BNDES na crise**

Em meio à crise financeira internacional, a solução apresentada pela grande maioria dos países está no Estado e não no mercado. Pacotes bilionários de ajuda às empresas, bancos e consumidores foram implantados pelos EUA, França, Alemanha, Inglaterra, Japão, China entre outros. O governo brasileiro apostou no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para tornar-se seu maior artífice no combate à crise.

O BNDES deixou de ser financiador da política de ajustes de empresas estatais e de privatização, que gerava desemprego e desnacionalização da economia. Com a crise, o mercado de crédito se retraiu abruptamente e as fontes de financiamento, antes com ofertas abundantes, secaram.

Diante deste cenário, o governo anunciou o aporte de mais 100 bilhões de reais ao orçamento do BNDES. Com isso, iniciou um ciclo virtuoso na economia: novos investimentos geraram mais empregos, que por sua vez estimularam a demanda, levando a mais investimentos, criando condições para o país enfrentar a crise mundial.

O grande desafio do banco é ter uma atuação mais ativa em tempos de crise, sem ceder às pressões políticas que possam torná-lo um hospital de empresas falidas, como já se viu na sua própria história, mais especificamente na década de 80, período recessivo onde várias empresas sem condições de pagar o financiamento foram socorridas pelo banco, gerando enormes prejuízos futuros.

Não resta dúvida que a atuação ativa do BNDES, assumindo novamente o papel de principal financiador das empresas, foi fundamental para o Brasil sair da crise mais rapidamente e menos afetado que os demais países.

## **Fortalecimento dos bancos públicos**

Cabe à Feeb/RS desenvolver uma série de iniciativas, buscando mobilizar a categoria e a sociedade para:

- a) preservar o sistema de bancos públicos como instrumento de grande significado para as políticas de desenvolvimento econômico e social do país, com a indispensável luta para que este seja de fato seu objetivo maior de atuação;
- b) desenvolver e aprimorar instrumentos de controle democrático da sociedade sobre estes bancos, incluindo-se aí o controle e fiscalização pelo Legislativo, a participação do corpo de funcionários na gestão e fiscalização dos bancos, a transparência nas demonstrações financeiras, a divulgação dos beneficiados por operações especiais, dentre outros mecanismos na mesma linha;
- c) a lei deve regulamentar a representação do corpo de funcionários na diretoria destes bancos, com a finalidade precípua de fiscalização da sua atividade.

## **O Banco Central e a sociedade**

Um debate que tem sido recorrente é a proposta dos neoliberais de definir a independência do Banco Central. O exemplo da Argentina é ilustrativo da estratégia política dos neoliberais: a independência em relação aos governos democráticos e populares legitimamente eleitos, mas com atuação totalmente dependente, na defesa dos interesses dos grandes grupos econômicos e dos grandes bancos em particular.

Numa sociedade democrática, a legitimidade é sempre alcançada pelo voto e ao governo cabe a responsabilidade de defender suas propostas e ter condições plenas de efetivá-las. Isso exige um Banco Central comprometido com o programa de governo legitimamente eleito.

O BC deve apresentar anualmente um programa de trabalho, contendo as metas de política monetária, creditícia, cambial e de emprego. Durante a execução desse programa, a diretoria do BC deve prestar contas à sociedade através de relatórios circunstanciados. Cabe ao BC executar as diretrizes e metas fixadas em lei.

## **Desafios da internacionalização dos bancos**

A globalização da economia mundial tem estimulado um processo contínuo de fusões e incorporações de empresas, em todos os ramos de atividades, criando mega-corporações, muitas das quais com características transnacionais. No ramo financeiro esse processo não é diferente. Com a crise financeira dos anos 90, o governo federal brasileiro estimulou a fusão e incorporação de bancos, inclusive por bancos estrangeiros.

O cenário atual de concentração bancária é preocupante, com apenas seis bancos

respondendo por cerca de 85% do total dos depósitos e do crédito. Dessa reduzidíssima elite, participam dois bancos privados nacionais (Itaú Unibanco e Bradesco), dois bancos privados estrangeiros (Santander e HSBC) e dois bancos estatais (Banco do Brasil e Caixa).

Essa concentração reflete-se em números que colocam o Brasil como destaque no cenário mundial. Os bancos brasileiros apresentam em seus balanços as maiores rentabilidades. Resultados alcançados por outros indicadores, entre os quais se destaca a cobrança de um dos maiores spread do mundo.

A concentração bancária, com características de oligopolização do crédito, desestimula totalmente a concorrência, permitindo-nos antever a manutenção das elevadas taxas de juros praticadas atualmente. Os bancos brasileiros também estão se destacando no cenário internacional como compradores de bancos de outros países.

A justificativa para a atuação no mercado internacional é que os bancos nacionais terão ganhos de escala para permitir concorrer com os bancos estrangeiros. Mas o que temos visto até aqui é que os ganhos de escala tem sido apropriados apenas pelos banqueiros, restando à sociedade o ônus dos elevados juros aqui praticados.

Mister se faz registrar também que, com a internacionalização dos bancos, estes estarão sujeitos a um risco crescente e o controle das suas atividades pelas autoridades nacionais torna-se muito mais difícil.

A recente e profunda crise mundial originou-se exatamente na atuação sem controle dos bancos, com práticas irresponsáveis, visando única e exclusivamente a ampliação dos seus lucros. Enquanto o lucro de operações com altíssimo risco é apropriado pelos banqueiros, o ônus é repassado para todos quando a coisa não funciona bem.

Esse crescimento da atuação internacional dos bancos brasileiros precisa ser acompanhado de melhorias para toda sociedade brasileira, o que inclui clientes e trabalhadores. Portanto, é preciso exigir dos bancos brasileiros um tratamento digno para que esta evolução possa ser de fato desfrutada por toda sociedade e não apenas pelos donos dos bancos.

A redução das desigualdades no Brasil passa pela ampliação do crédito, redução drástica das taxas de juros, mais empregos e melhores salários. Assim teremos não apenas bancos brasileiros fortes, mas uma sociedade mais justa.

Na busca da melhoria das condições de trabalho, a Contraf/CUT participa de diversos movimentos com entidades sindicais de outros países por meio da UNI - Sindicato Global e da CCSCS (Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul), organizando redes sindicais nos bancos internacionais e buscando a construção de acordo marco global nos bancos privados e públicos, que tenham atuação em vários países. Este ano, uma campanha mundial está sendo lançada pela UNI - Finanças para firmar esse acordo com o HSBC e o Santander.

O nosso desafio é fazer com que tanto os bancos estrangeiros que atuam no Brasil, quanto os bancos brasileiros que atuam no exterior, respeitem em âmbito mundial os

direitos fundamentais dos trabalhadores, como o direito à sindicalização e à negociação coletiva, além de combater as práticas antissindicais, ao contrário do que ocorre hoje em vários países.

### **Sistema financeiro público gaúcho**

O sistema financeiro público gaúcho é formado por três importantes instituições financeiras: o Banco do Estado do Rio Grande Sul (Banrisul), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Caixa Estadual – Agência de Fomento (CaixaRS), esta aberta no governo Olívio, após a liquidação da Caixa Econômica Estadual no governo Britto.

Essa tríade ajudou em muito ao Estado a transpor a acachapante crise financeira mundial que se abateu sobre a humanidade.

O Banrisul, em especial, cumpriu mais uma vez com seu papel histórico, já que desde a sua criação, em setembro de 1929, tem essa função de ajudar a economia gaúcha em momentos de crise.

Ao longo dos anos tem sido assim: uma repetição de crises e o nosso banco estadual sempre se fazendo presente para ajudar. Fora desses momentos críticos, o banco transformou-se no verdadeiro agente fomentador do crescimento do Estado.

Sabemos que hoje o Banrisul com toda essa vocação desenvolvimentista, foi sendo transformado pelos dois últimos governos, de um banco público estatal para um banco estatal com atuação privada, já que passou a disputar o mercado com o restante do sistema financeiro privado, atuando da mesma forma que este.

Foi aos poucos se distanciando dos pequenos e micros empresários, tanto urbanos como rurais. Os pequenos correntistas, poupadores e usuários foram corridos do interior do banco e jogados nas precárias salas de autoatendimento e nas empresas conveniadas, sem a menor segurança. A elitização do banco tem um objetivo muito claro: enfraquecê-lo e jogá-lo contra a opinião pública com o intuito de, assim que for possível, privatizá-lo.

Outro sinal muito claro da mudança de perfil do banco pode ser visto na forma de como a diretoria vem tratando o corpo funcional. Hoje, se cotejarmos o Banrisul com o banco que mais explora seus empregados, não será muito diferente o resultado. O assédio moral, a baixa remuneração, as precárias condições de trabalho, a extrapolação da jornada de trabalho e a falta de transparência nas promoções são alguns itens que podemos apontar.

Os funcionários de há muito tempo tentam negociar uma pauta histórica que minimamente atenda os interesses do conjunto dos trabalhadores, como quadro de carreira, eleição de diretor representante e democratização da Fundação Banrisul e Cabergs.

A Feeb-RS, em conjunto com os sindicatos filiados, o Comando dos Banrisulenses e o Conselho de Delegados Sindicais, deverá implementar políticas capazes de convencer e mobilizar os trabalhadores do banco para fazer avançar a luta.

Precisamos no próximo período cerrar fileiras e estarmos vigilantes para novos ataques que certamente virão. Buscar ao máximo conscientizar os trabalhadores do banco para a necessidade de cada vez mais estarmos atentos e procurarmos alternativas que fortaleçam a unidade de ação e a defesa da instituição pública dos gaúchos.

Além disso, necessitamos trazer de volta ao Palácio Piratini um governo democrático e popular, que tenha um projeto claro para o fortalecimento do Estado e que preserve suas instituições públicas. Que seja comprometido com a causa dos trabalhadores e do povo deste Estado!

## **C. ELEIÇÕES 2010**

Estão no centro do debate as eleições de 2010. Serão renovados dois terços dos senadores, a totalidade dos deputados federais e estaduais, os governadores e principalmente, a Presidência da República. As entidades sindicais não podem ficar indiferentes e devem ser protagonistas.

Como aconteceu nas duas últimas eleições, a oposição demo-tucana e a grande mídia jogarão todas as suas fichas para destruir o projeto de sociedade que vem sendo construído com dificuldades, tais como a melhor distribuição de renda através de projetos sociais, o maior acesso à educação pelas camadas mais pobres e discriminadas da sociedade, a participação da sociedade civil em instâncias governamentais, a maior intervenção do estado na economia, entre outras iniciativas deste governo que se choca com o projeto de governo defendido pela oposição demo-tucana e pelo Partido da Imprensa Golpista (PIG).

A Feeb-RS deve orientar os sindicatos filiados e os trabalhadores sobre os projetos políticos que estarão em disputa nas eleições 2010 no Estado e no País, apoiando candidaturas do campo democrático e popular que estão comprometidas com o desenvolvimento, a geração de empregos, a distribuição de renda, a melhoria da saúde e educação, o respeito ao meio ambiente, a valorização dos trabalhadores, a defesa dos bancos públicos, a reforma agrária e a inclusão social, dentre outras políticas públicas.

Precisamos defender um projeto voltado para o povo, capaz de fazer o Rio Grande e o Brasil crescer. Isso está naturalmente ligado à derrota da política neoliberal de privatização e flexibilização das relações do trabalho defendida pelos seguidores de FHC e da aliança PSDB-DEM. Nas eleições de 2010, o povo brasileiro não pode retroceder e, sim, avançar. Já o povo gaúcho precisa mudar o governo do Estado e derrotar as candidaturas neoliberais.

Assim, o movimento sindical deve exercer o seu protagonismo, com a visão de fortalecer as lutas, os sonhos, as esperanças e as convicções da classe trabalhadora, a fim de construir uma sociedade mais humana, justa e solidária.

## **D. PARTICIPAÇÃO NA CONCLAT**

Os bancários devem participar da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), no dia 1º de junho, em São Paulo, coroando o processo de integração e

luta do movimento sindical brasileiro com a elaboração de uma agenda positiva a ser apresentada à candidatura das forças democráticas e populares.

A Conclat será o momento de apontarmos coletivamente um conjunto de diretrizes, com a visão da classe trabalhadora, que as centrais vão debater em todos os Estados e, uma vez aprovado, será um instrumento de mobilização e ação sindical que contribuirá no processo eleitoral, demarcando campo com a direita.

As centrais, as confederações, as federações e os sindicatos são autônomos e independentes, mas têm lado: o dos trabalhadores e da defesa de um projeto de desenvolvimento para o país com valorização do trabalho e distribuição de renda.

A direita nunca abriu espaços para os trabalhadores incidirem. Pelo contrário, sabemos o que representa: privatização, desmonte do Estado, arrocho salarial, precarização do trabalho, desemprego e exclusão social.

Neste ano eleitoral, mais uma vez, as entidades sindicais devem atuar para elevar a consciência política dos trabalhadores e potencializar o protagonismo do sindicalismo brasileiro, ampliando a pressão sobre o Congresso Nacional, o empresariado e governos, pela aprovação de projetos que contemplem avanços sociais, como o da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, que beneficiará milhões de trabalhadores.

A pauta da Marcha Nacional da Classe Trabalhadora de 2009 permanece atual, particularmente a defesa das Convenções 151 e 158 da OIT, que tratam respectivamente do direito à negociação coletiva no serviço público e do fim das demissões imotivadas.

Além disso, temas como a mudança dos Índices de Propriedade da Terra, a PEC do Trabalho Escravo, a aceleração da Reforma Agrária, o Pré-Sal e o projeto de combate à terceirização não podem ficar de fora de um conjunto de reivindicações que deve também ser consolidado enquanto plataforma eleitoral, a ser apresentado como programa de governo na Conclat e posteriormente entregue para a candidatura das forças democráticas e populares.

## **E. REFORMA POLITICA**

A Feeb/RS deverá incluir entre os objetivos para o próximo período a pressão sobre os partidos políticos e especialmente os parlamentares gaúchos, no sentido de que a reforma política seja implementada e que venha a combater a corrupção eleitoral, implemente o financiamento público de campanha e ajude a consolidar e fortalecer a democracia em nosso estado e país.

## **3. PLANO DE LUTAS E AÇÃO SINDICAL**

### **3.1. GERAÇÃO DE EMPREGOS**

Apesar de não terem sido atingidos pela crise e de manterem os seus lucros astronômicos, os bancos fecharam 2.076 postos de trabalho entre janeiro e

setembro de 2009, segundo pesquisa trimestral da Contraf-CUT e Dieese. A extinção dessas vagas ocorreu nos bancos privados, sobretudo em razão das fusões do Itaú e Unibanco e Santander e Real. O corte só não foi maior por causa das admissões nas instituições financeiras públicas.

O estudo, que toma por base dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, mostra também que os bancos estão usando a rotatividade para reduzir a média salarial dos trabalhadores e que mantêm a discriminação em relação às mulheres, que estão sendo contratadas com salários inferiores aos dos homens.

As empresas financeiras desligaram 22.803 bancários e contrataram 20.727 nos primeiros nove meses do ano passado. É uma inversão do que ocorreu no mesmo período de 2008, quando houve um aumento de 14.366 novas vagas no mesmo período (44.614 contratações e 30.248 afastamentos).

Desta forma, os bancos estão na contramão do movimento que a economia brasileira está seguindo. Enquanto os demais setores econômicos criaram 932 mil novos postos de trabalho de janeiro a setembro com a retomada do crescimento, os bancos, que não sofreram nenhum impacto com a crise, fizeram o contrário. Isso é injustificável, pois o sistema financeiro continua tendo a maior rentabilidade da economia. Os cinco maiores bancos apresentaram lucro líquido de R\$ 22,1 bilhões nos primeiros nove meses de 2009.

Além da redução do emprego, está havendo uma diminuição na remuneração média dos trabalhadores do sistema financeiro. Os desligados de janeiro a setembro de 2009 recebiam remuneração média de R\$ 3.494,25. Já os contratados têm remuneração média de R\$ 2.051,80, o que representa uma diferença de 41,28%, quase a metade.

Isso ocorreu porque os desligamentos foram concentrados nos escalões hierárquicos superiores e as admissões se deram basicamente nos cargos iniciais da carreira. Esse movimento intensificou a tendência observada no mesmo período do ano passado, quando a diferença entre os salários médios dos bancários contratados e desligados foi de 39,19%.

Com relação à escolaridade, o levantamento revela uma contradição com o discurso amplamente difundido pelas empresas sobre a necessidade e a urgência da crescente escolarização como fator de empregabilidade: a grande maioria dos desligados (59,42%) tem educação superior completa. Os bancos exigem qualificação cada vez maior e forçam os bancários a custearem seu próprio aprimoramento acadêmico, mas a pesquisa mostra que as demissões estão atingindo principalmente os trabalhadores com maior escolaridade.

### **Discriminadas, mulheres já entram recebendo menos**

Na desagregação por gênero, o levantamento mostra que a tendência de os afastamentos se concentrarem nos salários mais altos ocorre tanto com os bancários como com as bancárias. Mas reafirma outras pesquisas de que as mulheres continuam tendo remuneração inferior aos homens no sistema financeiro nacional: 30,21% de diferença entre os admitidos e 32,95% entre os desligados, como demonstra a tabela a seguir.

**Remuneração média de admitidos e desligados por gênero  
Brasil - janeiro a setembro de 2009**

<b>Rem. Média (em R\$)</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Dif.% da Rem. Média</b>
Admitidos	2.392,28	1.669,59	<b>- 30,21%</b>
Desligados	4.122,29	2.764,06	<b>- 32,95%</b>
<b>Total</b>	<b>- 41,97%</b>	<b>- 39,60%</b>	<b>-</b>

Fonte: MTE/Caged. Elaboração: Subseção Dieese/Contraf-CUT

Os dados deixam claro que os bancos continuam praticando a discriminação contra as mulheres, uma vez que elas já são contratadas com salários inferiores aos dos homens, o que contradiz o discurso de responsabilidade social das instituições financeiras.

Cabe à Feeb-RS e aos sindicatos continuar priorizando a manutenção dos empregos no próximo período. Seis dos maiores bancos do país estão passando por processos de fusão, com demissões no Itaú e Unibanco e Santander e Real. A garantia de emprego é fundamental para todos os trabalhadores, especialmente nos bancos privados. No entanto, os bancos se recusam a aplicar a Convenção 158 da OIT, que inibe demissões imotivadas. Daí a importância da mobilização e luta permanente da categoria pelo emprego.

Além disso, é preciso reforçar a luta por mais contratações nos bancos públicos. Na campanha salarial de 2009, os bancários conquistaram 15 mil novos empregos no BB e na Caixa. O Banrisul também fará 500 contratações. Mas esses números ainda são insuficientes para melhorar as condições de trabalho e garantir qualidade de atendimento aos clientes. Por isso, a luta também não pode parar nos bancos privados.

### **3.2. PREVIDÊNCIA**

Aposentadoria é tema que afeta a vida de milhões de famílias de trabalhadores e a cada ano vem assumindo maior destaque na luta por uma vida mais digna.

Por um lado, temos a previdência pública com suas deficiências e limitações, que são objeto de ações da CUT na busca de melhoria dos benefícios dos aposentados e pensionistas, além de intervir para melhorar a sua gestão. As sucessivas crises, processos inflacionários e pacotes econômicos levaram à corrosão do poder de compra dos que recebem benefícios do INSS.

Com o objetivo de reduzir as despesas com os benefícios pagos aos trabalhadores, o governo FHC tentou introduzir limite mínimo de idade para o trabalhador fazer jus à aposentadoria.

Num país em que a regra é a precariedade das relações de trabalho, a informalidade e a dificuldade dos trabalhadores acima dos 40 anos desempregados conseguirem retornar ao mercado formal de trabalho, essa medida seria condenar milhões de trabalhadores ao desamparo na velhice.

Esse é debate recorrente, utilizando-se de exemplos de outros países que adotam idade mínima para a concessão de aposentadoria, sem citar que nesses lugares há mecanismos contra dispensas imotivadas, além das condições de vida e de trabalho serem bastante diferenciadas das que vivemos no Brasil.

Apesar do insucesso de adoção dessa medida, o governo não se deu por vencido e procurou reduzir a conta da previdência com outro mecanismo, mas tão perverso quanto. A criação do Fator Previdenciário na gestão de FHC fez com que reduzisse drasticamente o valor do benefício que o trabalhador tem direito no ato da aposentadoria.

### **Fim do fator previdenciário**

O Fator Previdenciário faz com que o trabalhador continue trabalhando mesmo após a aposentadoria, pois o valor do seu benefício é muito distante do salário que recebe na ativa. Para agravar o quadro, ao se aposentar o trabalhador deixa de receber vários benefícios conquistados em convenções coletivas.

No caso dos bancários, essas conquistas incluem o auxílio-alimentação, a cesta-alimentação, a PLR, assistência médica etc. Em muitos casos, essas conquistas, quando atualizadas, representam mais da metade da remuneração do bancário. Mesmo os bancos públicos, que têm um debate um pouco mais avançado, não têm em seus planos de benefícios de previdência complementar qualquer mecanismo que permita a manutenção dessas conquistas ao se aposentar.

Precisamos dar firme combate ao famigerado redutor que achata brutalmente os proventos dos aposentados, impondo enormes sacrifícios à classe trabalhadora no momento em que esta mais precisa de garantias para ter uma vida digna, após a aposentadoria.

É inadmissível que um instrumento utilizado pelo governo FHC, criado para massacrar os trabalhadores, continue a causar tantos transtornos a trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram a vida inteira para a previdência com a expectativa de ao chegarem ao final de suas vidas laborais poderem ir para casa gozar do merecido descanso e não precisarem ficar concorrendo com os milhões de jovens que diariamente se apresentam para o mercado de trabalho.

A Feeb-RS e os sindicatos filiados devem intensificar o apoio aos projetos do senador Paulo Paim, que acabam com o fator previdenciário e melhoram substancialmente os ganhos dos aposentados. Para tanto, é fundamental exercer pressão sobre os deputados federais neste ano eleitoral de 2010.

É necessário derrubar esse instrumento de exploração neoliberal, mudar a fórmula de cálculo tanto na apuração do benefício de aposentadoria como nos reajustes anuais para manter o poder de compra, agregando aumento real para que os aposentados passem a recuperar as suas perdas e também participem do

crescimento da economia brasileira.

Desta forma, precisamos continuar lutando pela previdência universal e pública, mas apenas isso não basta. Precisamos incluir entre as prioridades de nossas campanhas salariais a previdência complementar e a conquista de direitos mínimos que garantam aos bancários a aposentadoria digna, após anos de trabalho árduo.

Também precisamos nos posicionar contra a tentativa de aumento da idade mínima para a concessão do benefício. Num país como o nosso, que não tem nenhum instrumento de proteção ao emprego, aumentar a idade mínima é dificultar e penalizar ainda mais a classe trabalhadora, pois boa parte dos trabalhadores jamais conseguirá conjugar idade mínima com tempo de contribuição.

### **Previdência complementar para todos**

A previdência complementar funciona assim: a empresa cria um plano de benefícios para seus empregados em que é estipulado o valor das contribuições dela e dos trabalhadores e quais os benefícios oferecidos aos participantes em caso de aposentadoria, morte, invalidez e desligamento da empresa.

Para a empresa, os pagamentos das suas contribuições são deduzidos para cálculo do imposto de renda. Muitos bancos têm planos de benefícios, mas para muitos bancários, especialmente da rede privada, esses não passam de peça de ficção. Muitos planos não refletem a realidade da categoria bancária. Com alta rotatividade, poucos trabalhadores conseguem se aposentar na condição de bancário. Muitos não apresentam benefícios de risco (complemento da aposentadoria em caso de morte ou invalidez).

Precisamos mudar essa realidade e conquistar na convenção coletiva o direito à previdência complementar para todos os bancários, com regras mínimas para os benefícios, prazo de contribuição, regras claras de portabilidade das reservas, resgate total das contribuições (dos bancários e do banco) em caso de demissão, além de eleições democráticas e gestão paritária em todas as instâncias na administração dos fundos, pois esses são patrimônios dos bancários e eles têm o direito de administrar, participar e fiscalizar os seus recursos.

A Feeb/RS, junto com os sindicatos e a Contraf-CUT, deve priorizar as discussões de previdência pública e complementar e buscar a eleição de participantes comprometidos com os interesses dos trabalhadores para os diversos órgãos de gestão dos fundos de pensão, a fim de garantir democracia e transparência na gestão e melhoria dos benefícios.

Os desafios são enormes, como a eliminação do fator previdenciário, impedir a transferência de recursos dos fundos de pensão para as patrocinadoras prevista na Resolução 26 do CGPC, conquistar gestão paritária em todos os fundos de pensão e criar conselhos e comitês que garantam a participação da categoria.

### **Democratização da gestão**

Conquistamos o direito de eleger representantes nos órgãos de gestão de diversos fundos de pensão, tanto patrocinados por bancos públicos quanto por privados.

Ainda precisamos avançar bastante para conquistarmos a paridade plena, mas é fundamental valorizarmos as conquistas que já obtivemos e envolver a categoria nos processos eleitorais para que tenhamos representantes comprometidos com as lutas da categoria e não identificados com as demandas dos banqueiros.

A Feeb/RS deve se envolver cada vez mais nos processos eleitorais, estimular os debates e buscar a participação da categoria, bem como estabelecer fóruns de debates e troca de experiências entre conselheiros e diretores eleitos.

As mudanças que estão acontecendo, tanto do ponto de vista institucional, com a criação da Previc, por exemplo, quanto do ponto de vista econômico, com a queda nas taxas de juros e a necessidade de investimentos produtivos, exigem das entidades sindicais um envolvimento cada vez maior. E a Feeb-RS deve estar pronta para vencer mais esse desafio.

### **3.3. FORTALECIMENTO DAS LUTAS ESPECÍFICAS**

Cabe à Feeb-RS e os sindicatos filiados intensificar no próximo período a mobilização dos trabalhadores em instituições financeiras em busca de novas conquistas, priorizando as seguintes bandeiras:

#### **Banco do Brasil**

- implantação urgente do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), mediante negociação com o movimento sindical e que contemple as reivindicações do funcionalismo;
- completar o processo de isonomia de direitos entre novos e antigos funcionários, iniciado em 2004;
- acompanhar a implantação dos Comitês de Ética e eleger representantes comprometidos com os trabalhadores.
- retomar a negociação sobre o superávit da Previ, em busca de novos benefícios para os participantes;
- acompanhar o processo de 10 mil contratações até 2011, conforme negociado na campanha salarial do ano passado;
- aumentar a pressão pelo fim do voto de minerva na Previ.

#### **Caixa Econômica Federal**

- intensificar a campanha por um Plano de Cargos Comissionados (PCC) digno.
- fortalecer a campanha “2010, ano da isonomia”, visando acabar com todas as diferenças entre novos e antigos empregados;
- acompanhar o processo de 5 mil contratações até o final de 2010, conforme negociado na campanha salarial do ano passado;
- criar unidades de atendimento exclusivo do Saúde Caixa e saúde do trabalhador em todos os Estados.

## **Banrisul**

- elaboração de um novo quadro de carreira que permita a aposentadoria no topo da carreira;
- regulamentação da função dos operadores de negócios;
- mudança da lógica da gestão do Banrisul, que se afasta cada vez mais do perfil do banco público.
- ampliação do debate com a sociedade sobre a importância do papel do Banrisul enquanto banco público;
- eleição de um diretor-representante junto com um conselho de representantes dos funcionários do Banrisul;
- democratizar a gestão da Fundação Banrisul e Cabergs;
- instalação de portas de segurança e vidros blindados em todas as agências e PABs do Banrisul, bem como instrumentos de vigilância eletrônica (câmeras de vídeo independentemente das legislações municipais);

## **Bancos privados**

- Emprego: além de preservar os postos de trabalho nos processos de fusão, lutar para aumentar o número de contratações, a fim de melhorar as condições de trabalho e dar conta da crescente demanda de serviços;
- Remuneração: fortalecer a estratégia de aumento real dos salários e de valorização dos pisos salariais;
- PLR : lutar para aperfeiçoar o modelo, de modo a aumentar a distribuição de lucros para os trabalhadores;
- Saúde e condições de trabalho: intensificar a luta pelo fim das metas abusivas e do assédio moral;
- Previdência complementar: buscar ampliar a todos os trabalhadores os planos de previdência complementar, com eleição democrática de representantes dos participantes para a gestão de todos os fundos de pensão;
- Auxílio-educação: lutar para estender essa conquista para todos os bancários, bem como melhorar os valores e ampliar os cursos.

### **3.4. COMBATE ÀS PRÁTICAS ANTSSINDICAIS**

São chamadas práticas antissindicais aquelas que, direta ou indiretamente, cerceiam, desvirtuam ou impedem a legítima ação sindical em defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores. Em pleno século 21, há empresas que ainda desrespeitam o direito à sindicalização e a negociação coletiva, além de apelarem para contratações ou remanejamento de trabalhadores que não aderiram à greve para substituir quem paralisou e, assim, intimidar e frear o movimento.

Há também casos de patrões que obrigam trabalhadores a se desfilarem dos sindicatos que entraram com ações coletivas ou para que solicitem a exclusão de seus nomes dos processos, bem como ocorrências de assassinatos de dirigentes sindicais, além de políticas de estímulo à informalidade e à rotatividade como forma de precarizar as relações de trabalho.

Além disso, não raras vezes, os patrões fazem a disputa direta na categoria, tentando ganhar a consciência dos trabalhadores ao denegrirem a imagem das entidades, acusando os representantes dos trabalhadores de serem os culpados pelas mazelas dos trabalhadores.

O Poder Judiciário, por sua vez, tem sido geralmente lento para julgar as questões que afetam os trabalhadores, mas extremamente rápido para conceder o interdito proibitório para muitas empresas, que desde a década de 90 tem sido usado indevidamente pelos patrões para inviabilizar os movimentos grevistas e as próprias entidades sindicais.

Outra prática antissindical é a atuação de certos procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) que, ao invés de fiscalizar os abusos das empresas, querem impedir sindicatos de fixar taxa assistencial ou confederativa, mesmo aprovada democraticamente em assembleias pelos trabalhadores, para sustentar a luta.

A CUT e as demais centrais sindicais já criaram, em 2009, um comando unitário para o combate às práticas antissindicais e o problema já foi denunciado pelos presidentes das entidades para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois afronta as convenções 98 e 154. O tema também foi incluído na pauta de reivindicações da 6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, no ano passado.

Precisamos unir forças com a CUT, as centrais e a ContrafCUT para barrar essas práticas inconcebíveis. São também necessárias ações articuladas com outros segmentos da sociedade, tais como partidos políticos, governos populares e democráticos, representações legislativas, associações de juizes, dentre outras, para fazermos a disputa ideológica e conquistarmos solidariedade.

Não podemos ficar assistindo banqueiros que usam de métodos de repressão contra os representantes dos trabalhadores, utilizando-se de medidas, às vezes violentas, contando com o aparato policial do Estado e a ajuda do Judiciário.

O conluio do patronato com o aparato estatal precisa ser denunciado e combatido com veemência. A Feeb-RS precisa estar preparada e organizar os sindicatos filiados para esse embate que, se não for feito com determinação e inteligência, tem grandes possibilidades de ser vencido pelos nossos adversários.

### **3.5. DEFESA DA LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL**

A Feeb/RS tem que reavivar o debate sobre a organização sindical. Será preciso uma luta conjunta com a Contraf-CUT e a CUT pela ratificação das seguintes convenções da OIT:

- a) Convenção 87: garante plena liberdade sindical e assegura o direito de sindicalização;
- b) Convenção 98: garante o principio da negociação coletiva;
- c) Convenção 135: trata da proteção a representação dos trabalhadores nas empresas;

- d) Convenção 151: trata da proteção ao direito de sindicalização e define as condições de emprego na administração pública;
- e) Convenção 158: dá proteção contra a despedida imotivada por parte do empregador. Esta convenção já foi ratificada pelo governo FHC, no entanto teve vida efêmera, pois alguns meses após sua ratificação, por pressão dos empresários, ela foi denunciada por FHC, permitindo que o patronato se reestruturasse às custas dos empregos dos trabalhadores.

### 3.6. COMBATE À TERCEIRIZAÇÃO

Em meados dos anos 90, ocorreu a expansão dos processos de terceirização em espaços considerados essenciais para o funcionamento dos bancos, como as atividades de tesouraria, retaguarda e compensação. Nos anos seguintes, esses processos se intensificaram, sendo ampliados para as demais áreas, como telefonia, recepção, teleatendimento, cobrança, análise de crédito e tecnologia da informação, entre outras. Antes desse período, as atividades de limpeza e segurança já eram, em grande parte, desenvolvidas por empresas não-bancárias.

Para compreender como a terceirização se espalhou por praticamente todas as atividades bancárias e adquiriu novos contornos, é necessário entender o conceito de *outsourcing* (fonte externa), em que uma grande empresa de serviços pode por esse mecanismo montar até mesmo toda a base operacional de um banco, definindo layout de agências, seleção e gestão de pessoal, fornecimento de equipamentos e programas, deixando apenas as definições estratégicas e decisões de gestão para seus controladores.

Outra forma de terceirização é transferir para uma rede de prestadores de serviços, o *back office*, que dá suporte às operações das agências em serviços como compensação eletrônica, envelopamento, pagamento, custódia, processamento de cheques e outros valores, preparação de documentos e manuseio, além de malotes, transporte de valores e serviços de *call center*.

A contratação de correspondentes bancários por praticamente todos os bancos é outra forma de terceirização, em que principalmente os clientes de baixa renda passam a ser atendidos fora dos postos tradicionais, como lotéricas, farmácias, redes de supermercados. Para ter ideia de como essa prática tem evoluído, dados da Febraban mostram que de 2000 a 2007, enquanto o número de agências passou de 16.396 para 18.308, acréscimo de 11,7%, os pontos de atendimentos nos correspondentes passaram de 13.731 para 84.332, acréscimo de 514,2% no mesmo período.

Um dos principais reflexos da terceirização para os trabalhadores é a precarização das condições de trabalho, rebaixamento de salários, benefícios sociais e condições de trabalho etc.

Para mudar essa realidade, além das denúncias aos órgãos competentes e as mobilizações permanentes, a CUT e as demais centrais sindicais construíram com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no final de 2009, o Projeto de Lei (PL) que regulamenta o contrato dos empregados que prestam serviços terceirizados, estendendo direitos trabalhistas e previdenciários. Se for aprovado no Congresso

Nacional e sancionado pelo presidente da República, os terceirizados que trabalham nos bancos terão garantido as mesmas conquistas dos bancários.

A iniciativa garante aos empregados contratados por uma empresa para prestar serviços a outra, seja privada ou pública, que também seja dever da tomadora de serviço ser solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias do trabalhador. Com isto, os terceirizados que prestam serviços bancários terão os mesmos direitos que os demais bancários, previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

Segundo o Ministério, hoje a empresa se responsabiliza apenas subsidiariamente pelo trabalhador e não há regras definidas para a contratação ou prestação de serviço terceirizado no país. Agora, a configuração de vínculo de trabalho seguirá os requisitos que já são previstos na CLT para todos os trabalhadores contratados diretamente.

Outro ponto do projeto é a proibição para que os terceirizados sejam contratados para atividade-fim da empresa. A empresa tomadora ainda teria que prestar contas mensalmente do pagamento aos empregados, do recolhimento do FGTS e de contribuição previdenciária para a empresa prestadora.

Cabe à Feeb-RS participar ativamente da mobilização da CUT e das centrais sindicais junto ao Congresso Nacional, pressionando especialmente os parlamentares gaúchos, para que esse projeto seja votado neste ano eleitoral de 2010. Caso o PL seja aprovado, irá contemplar milhares de trabalhadores, que prestam serviços financeiros em empresas terceirizadas, estendendo todas as conquistas usufruídas pelos bancários.

Esse projeto é uma das primeiras conquistas da 6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, realizada pelas centrais sindicais no final de 2009, em Brasília, com a participação de vários sindicatos do RS.

Atualmente tramita no Congresso uma outra proposta desta natureza elaborada pela CUT. Trata-se do PL 1621/07, apresentado pelo deputado federal Vicentinho (PT-SP), que foca o tema pela igualdade de direitos aos terceirizados e a proibição na atividade-fim da empresa. Essa iniciativa se contrapõe frontalmente ao PL 4302/1999, de autoria do governo FHC, que libera a terceirização na atividade-fim, não garante direitos iguais entre terceirizados e contratados diretamente pela empresa e ainda amplia o prazo do trabalho temporário para até um ano.

Desta forma, a mobilização dos trabalhadores será fundamental no próximo período para combater a terceirização e enfrentar as resistências dos parlamentares que representam os interesses do empresariado e dos banqueiros. A luta faz a diferença!

### **3.7. CONSTRUÇÃO DO RAMO FINANCEIRO**

As transformações trazidas pela reestruturação produtiva alteraram a organização das empresas e, principalmente, a divisão do trabalho. Essas mudanças aconteceram em todo mundo e não apenas no Brasil.

De um modo geral, por conta da financeirização global da economia, os bancos

tornaram-se grandes empresas vendedoras de produtos e serviços, cada vez mais sofisticados. Buscaram aumentar a desregulamentação de suas atividades em todos os níveis, desde sua atuação de mercado até sua relação de pessoal.

Para dar conta desse novo modelo, passaram a atuar inicialmente na forma de grandes conglomerados financeiros e atualmente são classificadas como holdings, ou seja, um tipo de configuração societária em que uma empresa tem o controle de todo um conjunto de outras empresas, controlando assim todas as atividades do setor.

O movimento sindical, apesar da sua estratégia vitoriosa da contratação coletiva para todos os bancários, se defronta hoje com uma série de dificuldades para seguir conquistando avanços para a categoria. Isso em razão de vários motivos, tais como:

a) falta de legislação atualizada, que regulamente para essa conjuntura o artigo 192 da Constituição. que defina o perfil de atuação do sistema financeiro e delimite os poderes do Banco Central;

b) os bancos públicos precisam ter definida sua função pública e não apenas disputar o mercado privado, baseados nos mesmos critérios de produtividade dos privados, ou seja, receita de prestação de serviços e tarifas menos despesas de pessoal;

c) diante desse novo parâmetro de produção, a rotatividade na categoria é muito alta, dificultando o engajamento dos trabalhadores, que não criam uma identidade enquanto profissionais de determinada categoria;

d) em razão da rotatividade, os profissionais não possuem perspectiva de uma longa carreira, o que fortalece a tese da remuneração variável por parte das empresas;

e) medidas que flexibilizaram o trabalho bancário, como o aumento das terceirizações e a expansão dos correspondentes bancários;

f) o trabalho atual é imaterial, ou seja, a produtividade é resultante de uma série de variáveis, que não passam por nenhum tipo de controle dos trabalhadores e sua apuração final é de difícil verificação;

g) o pouco conhecimento e aprofundamento desses pontos por parte de uma parcela significativa dos dirigentes sindicais faz com que nossa atuação passe a ser apenas periférica e não atue no cerne das questões.

Com esse contexto, existe uma série de centenas de milhares de outros trabalhadores diretamente envolvidos no dia-a-dia da categoria e contribuindo para os resultados das holdings com quem ainda não dialogamos e muito menos representamos. Se envolvemos em nossas atividades somente parcela desses trabalhadores, só poderemos conquistar parcela desses resultados e não o todo.

Tudo isso faz com que o conjunto do movimento sindical tenha cada vez mais reduzido seu nível de eficiência. Se os resultados não vêm, os trabalhadores não se sentem motivados a se sindicalizar e a participar das ações sindicais. E quando isso ocorre muitas das expectativas dos trabalhadores são frustradas porque suas

necessidades vão além dos nossos limites já impostos por todo esse quadro exposto.

Se o movimento sindical não tem toda essa dimensão, os patrões têm porque, além de já terem sua organização própria para o ramo financeiro patronal, a Consif, também sabem que não temos mais o poder de parar toda a produção como outrora, uma vez que organizamos apenas parcela dos trabalhadores envolvidos. A questão é essa: precisamos organizar a todos; a representação formal virá a partir disso.

Portanto, equacionar a organização sindical de modo classista, por ramo, no caso, em primeiro lugar, é dialogar e resolver os principais problemas que atualmente afligem os bancários. Mesmo tendo essa definição como estratégia central, por que não avançamos mais? Com tantas possibilidades de atuação nos segmentos terceirizados, financiários e cooperativas de crédito, por que poucas coisas foram feitas? Por que algumas entidades se comprometeram mais e outras menos?

Com a proposta de mudança da denominação para Federação dos Trabalhadores em Instituições Financeiras do Rio Grande do Sul, a Feeb-RS dá mais um passo significativo para a representação dos trabalhadores que trabalham para os bancos, seguindo no mesmo caminho trilhado pela Contraf-CUT em âmbito nacional.

A construção do ramo financeiro é de responsabilidade de todos os sindicatos, dirigentes e trabalhadores. Para tanto, é preciso conhecimento e convencimento para obter êxito na empreitada. Para tanto, a Feeb-RS deverá implementar uma série de medidas, tais como:

- 1) formar um banco específico de dados, com mais informações sobre as atividades, trabalhadores, ações desenvolvidas pelos sindicatos com sucesso e os insucessos;
- 2) realizar atividades de formação, buscando a participação de todos os sindicatos e o maior número possível de dirigentes para a compreensão da conjuntura atual, a realidade dos trabalhadores e o papel de cada um na construção do ramo;
- 3) especializar grupos de dirigentes, por sindicato, neste debate, para que todo esse processo seja interativo e não “impositivo”. É importante lembrar que de novo os bancários estão buscando o protagonismo na história de organização dos trabalhadores no Brasil. Não há um modelo definido. Existem princípios, diagnósticos e pressupostos. Não há donos da verdade nesse debate. Mas todos podem e devem contribuir;
- 4) para cada segmento do ramo, redefinir estratégia própria. Isso significa reavaliar por que ações definidas para terceirizados, cooperativas de crédito e financeiras não tiveram andamento satisfatório. Será importante definir um acompanhamento para cada grupo de ações a serem desenvolvidas, como prazos, responsáveis, avaliações mais periódicas etc.
- 5) no caso das cooperativas de crédito, especialmente em relação ao Sicredi, devemos colocar em prática as propostas já discutidas e aprovadas na Feeb-RS;
- 6) no caso das financeiras e promotores de crédito devemos formatar banco de dados sobre as ações judiciais e denúncias em andamento no Ministério Público do

Trabalho. Os sindicatos precisam intensificar a relação de proximidade com esses trabalhadores. Devemos lembrar sempre que o atual enquadramento sindical foi definido pelas empresas. Ou seja, podemos fazer com que elas revejam esse enquadramento ou forçá-las a rever;

7) ainda no caso das financeiras devemos continuar a luta para a conquista de uma convenção coletiva nacional de trabalho, a exemplo dos bancários;

8) promover reuniões periódicas do Coletivo Jurídico da Feeb-RS para definir estratégias para cada segmento do ramo, uma vez que cada um possui especificidades e características próprias.

### **3.8. COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE**

Há muito tempo cientistas, estudiosos e ambientalistas vêm anunciando e tentando prevenir a humanidade sobre as mudanças ocorridas no planeta em virtude dos ataques e agressões que a natureza vem sofrendo ao longo dos anos.

O aquecimento global causado pela desenfreada emissão de gás CO<sub>2</sub> está chegando ao limite insuportável. A natureza apresenta sinais de que, se nada for feito no curtíssimo prazo, as gerações futuras terão que se adaptar a um novo tipo de vida.

A população mundial tinha grande expectativa quanto aos resultados da COP-15, Conferência do Clima das Nações Unidas, ocorrida de 7 a 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca. No entanto o que se observou foi a negativa dos países desenvolvidos em resolver de fato os problemas do planeta.

Na conferência, todos os países aceitaram trabalhar para não permitir que a temperatura média global aumente mais do que 2°C até o final do século XXI. O problema é que o texto final não tem caráter jurídico, como queriam muitos emergentes. As metas brasileiras apresentadas na conferência, de redução das emissões nacionais de gases de efeito estufa ao menos em 36% até 2020, serão consolidadas com força de lei.

O plano que o governo brasileiro apresentou na COP-15, definido como “Ações para Mitigação de Emissões até 2020”, se compromete em reduzir entre 36,1% e 38% a quantidade de lançamento de gás carbônico na atmosfera. A meta seria cumprida principalmente por meio da diminuição do desmatamento. O índice de redução com que o país se compromete, superior ao de países como EUA (18%) e Índia (24%), fica próximo dos 40% defendidos pela CUT e demais centrais sindicais.

As negociações deverão continuar ao longo de 2010, para tentar um tratado que tenha força de lei e obrigue as nações a cortar emissões a partir de 2012, quando o Protocolo de Kyoto (de 1997, não assinado pelos EUA) perder sua validade.

Assim como em outras oportunidades em que movimento sindical interferiu e lutou por mudanças estruturais que vieram em benefício da sociedade, está na hora de entrarmos nessa luta, antes que seja tarde. É preciso protagonizarmos ações tanto reparativas, quanto protetivas do meio ambiente, para que as gerações futuras encontrem um planeta melhor e em condições de ser habitado.

A Feeb-RS deve ser parceira das entidades que desenvolvem ações em favor do meio ambiente e ser signatária das propostas aprovadas nos fóruns dos trabalhadores. O movimento sindical, diante de suas limitações, deve priorizar alguns pontos possíveis nesse grande campo e concentrar esforços para conseguir ações efetivas, avançando na luta sócio ambiental, instrumentalizando os dirigentes sindicais nessa luta e estimulando assim o envolvimento de suas instâncias e sindicatos filiados.

A atual forma de exploração da natureza nos levará ao agravamento das crises ambientais, com o esgotamento dos recursos naturais e a destruição do meio ambiente, por conseqüência, os postos de trabalho serão também eliminados. Esta realidade expressa a grande contradição entre capital e natureza, que é parte inseparável da contradição capital e trabalho.

Propomos apoiar iniciativas que visem desenvolver a capacidade tecnológica e defender junto aos órgãos ambientais de governo, bem como a introdução de análises e indicadores sociais que funcionem como parâmetros para a elaboração de políticas públicas e governamentais dirigidas para a sustentabilidade.

Ao nos comprometermos com a luta por uma sociedade justa, democrática e igualitária, isso implica necessariamente na construção de numa sociedade baseada na sustentabilidade, pois a atividade econômica deve harmonizar-se com as restrições de ordem ecológica.

Nessa luta, a sociedade industrial deverá buscar novas formas de convivência com a natureza, garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais, a manutenção e ampliação dos postos de trabalho, aprofundando a discussão sobre a relação trabalho, produção e bem viver, na perspectiva de discutir os impasses ambientais que vive o mundo, vinculados com a luta pelo tipo de desenvolvimento e sociedade que queremos construir.

A maioria das federações e sindicatos ainda não incorporaram na sua prática a luta em defesa do meio ambiente, seja no local de trabalho ou fora dele, bem como não realizaram a interface que essa questão tem com outras políticas, como por exemplo os impactos da política econômica e da chamada reestruturação produtiva no meio ambiente.

A Feeb/RS tem todas as condições de desenvolver ações pedagógicas junto aos sindicatos filiados, objetivando conscientizar a categoria da necessidade de fazermos a nossa parte. Isso pode iniciar com uma mudança de atitude pessoal quando, por exemplo, separamos nosso lixo doméstico.

### **3.9. CRIAÇÃO DE SUBSEÇÃO DO DIEESE**

A Feeb-RS tem buscado, nos últimos mandatos, modernizar cada vez mais a sua estrutura, investindo forte em tecnologia e em assessorias nas áreas do jurídico, saúde, comunicação e por tarefas na formação. No entanto, existe um grande vácuo numa área que entendemos fundamental para a realização das atividades sindicais: a assessoria econômica.

Essa carência tem nos levado a enfrentar muitas dificuldades, sobretudo nas campanhas salariais, quando sentimos a falta da presença de um economista para assessorar os dirigentes da Feeb-RS e dos sindicatos filiados para as disputas com os banqueiros. Em vários momentos precisamos nos socorrer do escritório local do Dieese e buscar ajuda nas subseções da Contraf-CUT ou dos sindicatos de São Paulo e Brasília, retardando nossa atuação.

Dessa forma, entendemos que não é mais possível prescindirmos de um instrumento tão importante para a nossa luta. Além do mais, o Rio Grande do Sul possui um sistema financeiro, envolvendo o Banrisul, o BRDE e a CaixaRS, além de bancos regionais e cooperativas de crédito, cujo acompanhamento permanente é tarefa de responsabilidade da Feeb-RS

Propomos a contratação de assessoria econômica especializada, instalando uma subseção do Dieese na sede da Feeb-RS, com o objetivo de, além do assessoramento para a Federação e os sindicatos, montar um banco de dados.

Além disso, como é sabido que as transformações no sistema financeiro são de uma velocidade imensa e nos impõem constantemente dificuldades para entender essas mudanças. Não raro somos forçados a contratar especialistas para nos ajudar a analisar fatos novos, como as fusões e incorporações.

Também propomos a formação de um Núcleo de Estudos do Sistema Financeiro, coordenado pela Feeb-RS, com a participação de dirigentes dos sindicatos e assessoria do Dieese. Esse grupo se reuniria mensalmente para avaliar a realidade do sistema financeiro internacional, nacional e estadual, analisar os balanços das instituições financeiras, estudar propostas e projetos de lei, e debater temas envolvendo a atuação dos bancos.

### **3.10. DE OLHO NO PARLAMENTO**

O parlamento é o grande palco dos debates da sociedade. Lá ocorrem fóruns, seminários, audiências públicas e votações, com a tomada de decisões de interesse dos trabalhadores. No entanto, na maioria das vezes, ficamos sabendo dos fatos quando já foram consumados, através da imprensa, sem qualquer participação do movimento sindical.

No Estado, precisamos acompanhar as atividades da Assembléia Legislativa e assumir a condição de protagonistas no processo legislativo. Para tanto, propomos que a Feeb-RS designe um funcionário da entidade para verificar diariamente o funcionamento do parlamento gaúcho, observando a agenda e a tramitação de projetos de interesse dos trabalhadores em instituições financeiras e da cidadania. Essa atuação permitirá também que a Feeb-RS possa exercer melhor o papel de mostrar para a categoria e à sociedade quem vota ao lado dos avanços sociais e quem defende os interesses das elites.

Também propomos que a Feeb-RS passe a utilizar o espaço da Tribuna Popular na Assembléia Legislativa, a exemplo do que ocorre em várias câmaras municipais onde existe tal prerrogativa, como forma de dialogar com os deputados estaduais sobre temas de interesse dos bancários.

Além disso, propomos estabelecer parcerias com a CUT, a Contraf-CUT e o Diap para acompanhar melhor as atividades do Congresso Nacional, bem como estimular os sindicatos filiados a adotar o mesmo procedimento em relação às câmaras municipais, onde têm sido votados nos últimos anos importantes projetos envolvendo o atendimento e a segurança nos bancos.

#### **4. POLÍTICAS PERMANENTES**

##### **4.1. SAÚDE DO TRABALHADOR**

O processo de trabalho baseado em imposição de metas individuais aos bancários por parte das instituições financeiras ganhou mais força a partir do início dos anos 90. Com o advento do Plano Real em 1994 - cujas características mais relevantes são as políticas de estabilidade monetária, controle rigoroso dos índices inflacionários e a desregulamentação do mercado de trabalho - os bancos no Brasil passaram a investir mais na diversificação dos produtos bancários, a incorporar métodos de gestão baseados na racionalização do trabalho, visando a minimização dos custos e a ampliação de serviços em um ambiente econômico extremamente competitivo.

Com a mudança no perfil dos bancários, transformados principalmente em vendedores nos locais de atendimento, há um outro debate que é a fixação de metas e a remuneração variável. Para os bancos, as metas são inevitáveis e existem em todas as empresas.

O próprio recrutamento vem sendo feito de pessoas "com esse perfil" vendedor. Um dos principais problemas dessa estratégia é que a fixação de metas ocorre de maneira aleatória e abusiva, gerando excesso de horas extras, pressão exagerada para seu cumprimento e sobrecarga de obrigações, o que ocasiona, inclusive, problemas de saúde como as LER-DORT e problemas psicológicos.

As consequências da organização do trabalho bancário e de seu processo têm gerado um elevado grau de adoecimento do trabalhador, acarretando em vários dias de afastamento para tratamento médico e recuperação da capacidade laborativa. A categoria bancária aparece com muita evidência nas estatísticas do Ministério da Previdência Social, afastando-se do trabalho por 493 dias em média contra uma média nacional de 269 dias em outras categorias.

Sobre a remuneração, os bancos mudaram suas diretrizes empresariais e passaram a dividir o risco do negócio com o trabalhador. A remuneração variável baseada em meta atingida já é uma realidade na maioria dos bancos. Esse sistema, também chamado de remuneração por "competência", baseia-se no atingimento de metas preestabelecidas.

Na definição das empresas "é o trabalhador quem faz seu salário". Esse sistema é cruel porque, além de transferir boa parte do risco do negócio para o empregado, acaba gerando a cultura do individualismo, substituindo a luta coletiva e a busca de novos direitos para todos os trabalhadores. Para as empresas, cada vez mais lucros. Para os trabalhadores, metas cada vez mais abusivas, excesso de trabalho e adoecimentos.

Esse cenário coloca os bancários e bancárias em uma situação difícil, convivendo

em um ambiente de trabalho nocivo ao seu bem-estar, à sua saúde e à qualidade de vida. Sobrecarga de trabalho, assédio moral, extrapolação da jornada, instabilidades, ausência de pausas, pressão sofrida cotidianamente, intensidade e ritmo de trabalho alucinantes, desrespeito, cobrança sistemática e controlada para a obtenção de metas e mais metas, resultados e mais resultados, que culminam em estresse, levando ao esgotamento físico e mental do bancário.

Esse ciclo acarreta um comprometimento da capacidade laborativa de altíssima cronicidade que afeta a categoria, sobretudo por meio das LER/DORT e transtornos mentais. Doenças reconhecidas pelo Ministério da Previdência Social, comprovadamente relacionadas com o trabalho e que são desenvolvidas em um ambiente de penosidade, são as características do trabalho bancário na atualidade.

A proposta de regulamentação das metas apresentada pelo movimento sindical e aprovada na Conferência Nacional dos Bancários de 2009 é uma boa oportunidade de intensificar o debate com a categoria sobre condições de trabalho e saúde e o mais importante: a perspectiva dos trabalhadores em saírem da condição de "sujeitos passivos" para "sujeitos ativos" perante o processo e a organização do trabalho bancário.

As metas passariam a ser definidas com o movimento sindical, a partir do local de trabalho - agências ou departamentos - e levando em consideração a região, o porte das agências, o número de funcionários, a base de clientes e o perfil econômico local. Seriam obrigatoriamente coletivas e não individuais, considerando a região e o número de clientes.

Ao propormos a regulação no quesito metas de produtividade, queremos interferir diretamente no trabalho do bancário, com o objetivo de priorizar a participação coletiva na organização do processo de trabalho e reduzir o poder autoritário dos gestores, que visam apenas uma produção elevada, sem pesar os limites físicos e psíquicos dos trabalhadores.

Por exemplo, o anexo II da NR-17 - teleatendentes/telemarketing - proíbe o estímulo abusivo à competição entre trabalhadores ou grupos/equipes de trabalho. Não permite também a exposição pública das avaliações de desempenho dos trabalhadores - aliás, prática muito comum nas agências bancárias. No anexo II está prevista a proibição de métodos de gestão que causem assédio moral, medo ou constrangimento nos locais de trabalho, além de prever a compatibilização de metas com as condições de trabalho e jornada de trabalho.

Logo, são propostas inovadoras e que já constam de uma Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego de 2007, fruto de entendimentos lastreados na negociação por intermédio dos grupos tripartites.

Podemos e devemos reivindicar e negociar junto ao setor patronal cláusulas semelhantes as que constam no anexo II da NR-17 na Campanha Nacional de 2010, buscando o fim das metas abusivas e do assédio moral.

## **4.2. GÊNERO, RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL**

Quando se fala em igualdade de oportunidades, tratamos de um conceito

amplo, que abrange a luta contra todo tipo de preconceito e discriminação em função de gênero, raça, orientação sexual, deficiência etc. Infelizmente, a intolerância ainda é uma realidade presente no nosso dia-a-dia e vemos constantemente, em todos os lugares que frequentamos, exemplos de como é difícil conviver com a diversidade.

E o pior é que, por conta de toda uma cultura arraigada na sociedade, entendem-se como normais muitas manifestações que ridicularizam ou subestimam a capacidade daquele que é diferente, nem sempre sendo reprovadas atitudes desrespeitosas que ferem a dignidade do outro.

Por conta dessa dificuldade de compreensão e da falta de visibilidade necessária para o tema é que essa é uma batalha difícil de ser empreendida. Ainda mais quando se trata do mercado de trabalho, onde a desigualdade é um fator que permeia todas as relações, desde o acesso ao emprego, passando pela equidade na remuneração, direito à promoção funcional e condições de trabalho.

Hoje, dentro do movimento sindical e nas negociações com empregadores em todo o mundo, a questão da igualdade tem se tornado cada vez mais presente e não somente no Brasil. Tanto que duas resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) trataram do tema, a Convenção 100 e 111, sendo o Brasil signatário de ambas. A primeira garante a promoção da igualdade por meio de remunerações iguais para trabalhos iguais entre homens e mulheres. Já a segunda assegura a mesma condição, proibindo a discriminação fundada em gênero, raça, cor, religião, opinião política, ascendência ou origem social.

Várias iniciativas do movimento sindical nos últimos anos, principalmente após a constituição da Comissão Nacional de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS) da Contraf-CUT, com a participação da Feeb-RS, puderam proporcionar avanços inegáveis, tanto que hoje muitas instituições bancárias promovem programas relativos à promoção da igualdade. No entanto, ainda estão longe do ideal, até porque constituem iniciativas isoladas.

O Mapa da Diversidade, montado pela Fenaban a partir de uma pesquisa respondida por 204.794 bancários de todo o Brasil (50% da categoria), revela que as mulheres ganham 78% dos salários dos homens e encontram mais obstáculos para a ascensão profissional. Além disso, apenas 19,5% dos trabalhadores do sistema financeiro são negros ou pardos, que ganham, em média, 84,1% do salário dos brancos. A discriminação é ainda maior em relação às mulheres negras: somente 8% delas conseguem emprego nos bancos.

Os desafios que se colocam para assegurar a igualdade de oportunidades são inúmeros. É necessário, primeiro, agir dentro do próprio movimento sindical, atentando para a importância da questão da diversidade e fazendo com que esse debate seja incorporado ao cotidiano de cada trabalhador, estando presente também nas mesas de negociações com o devido destaque. No entanto, também é fundamental assegurar o envolvimento dos trabalhadores do ramo financeiro.

## **Gênero**

Proporcionalmente, uma das categorias de trabalhadores em que as mulheres alcançam maior representação é a dos bancários. De acordo com o balanço

social da Febraban, elas representavam 48,7% do total de 430.839 funcionários de 29 instituições no final de 2007, contra 51,3% homens. Na verdade, a entrada das mulheres no setor se deu aos poucos, mas foi adensada com o processo de feminização da força de trabalho nos bancos, junto às mudanças tecnológicas e organizacionais.

Dentro da pauta que orienta a busca pela igualdade já houve avanços em muitas negociações coletivas que envolveram a inclusão de cláusulas de gênero. Bancos públicos e privados também têm adotado programas que tratam do tema da equidade de gênero e promoção da diversidade. Mas é preciso avançar também no que diz respeito às oportunidade de trabalho e possibilidade de ascensão funcional, além da equalização salarial.

Mas tão importante quanto reivindicar melhorias e igualdade perante os bancos é iniciar uma mudança dentro do próprio movimento sindical, para que todos possam deixar de lado manifestações machistas e sexistas. E, a partir daí, que sejam também objeto de reflexão outros pontos que ainda fazem com que a mulher seja discriminada no mercado de trabalho, como a ultrapassada visão de que as tarefas domésticas cabem só a ela, um fator a mais que pode pesar na hora da contratação. Com as responsabilidades sendo compartilhadas, sem dúvida será dado um importante passo rumo à igualdade e cada um poderá exercer seu papel de multiplicador e levar adiante o respeito à diversidade e a necessidade de inclusão de todos.

## **Orientação Sexual**

O Mapa da Diversidade produzido junto à Fenaban não incluiu qualquer pergunta referente à orientação sexual, sob alegação de que não há “amadurecimento suficiente” para discutir o tema.

Na verdade, existe um tabu quando se fala em orientação sexual e essa invisibilidade forçada colabora para a perpetuação do preconceito, fazendo com que a própria pessoa esconda sua condição e também as dificuldades que encontra para lidar com isso. Como não há proteção específica na legislação contra a discriminação por orientação sexual, a violência física, a agressão verbal, a discriminação na seleção para um emprego e no local de trabalho tornam-se fatos comuns na vida de homossexuais.

O tema começa a ganhar aos poucos a importância devida nas pautas de negociações, embora ainda cause desconforto até mesmo entre boa parte dos dirigentes sindicais. E esse desconforto só será superado com informação e mudança de postura, para que não se reproduza entre os trabalhadores o mesmo preconceito praticado cotidianamente pelo resto da sociedade e pelos patrões.

Na campanha salarial do ano passado, os bancários conquistaram igualdade de tratamento aos casais homoafetivos, o que garantiu a inclusão de parceiro do mesmo sexo no plano de saúde em todos os bancos, uma antiga reivindicação da categoria na luta contra a discriminação que havia sido atendida em alguns bancos públicos.

## **Pessoa com deficiência**

Embora a visão a respeito dos direitos dos deficientes tenha mudado ao longo do tempo, ainda hoje eles sofrem com a omissão do Estado e da sociedade em geral. Muitos acreditam que a questão deva ser tratada com ações assistencialistas ou puramente caritativas, não compreendendo que as pessoas com deficiência, adequadamente adaptadas, são independentes e autônomas.

Para que essa autonomia seja alcançada, é preciso assegurar direitos como a acessibilidade. Vários prédios públicos como escolas, por exemplo, ainda não estão adaptados com rampas e/ou elevadores, mesmo contrariando a lei nº 10.098, regulamentada pelo decreto 5.296 de 2004, dificultando o acesso e fazendo com que pessoas com dificuldade de locomoção passem por constrangimentos desnecessários. Muitos sindicatos também não estão adaptados a essa realidade, impedindo que o associado com deficiência possa participar de forma mais ativa da luta da categoria.

A legislação estabeleceu a obrigatoriedade de as empresas com cem ou mais empregados preencherem uma parte de seus cargos - entre 2% e 5 % de acordo com o tamanho do empreendimento - com pessoas com deficiência, como consta na Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91). Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) em instituições financeiras constatou que a maioria dos bancos não preencheu as vagas reservadas. A alegação é de que não existem candidatos suficientemente habilitados para exercer as funções pedidas.

## **Raça**

O Brasil foi o último país do mundo a abolir oficialmente a escravidão em 1888. Uma vez livres, um enorme contingente de ex-escravos não foi indenizado e nem conseguiu se inserir no mercado de trabalho e nem nos sistemas de ensino, tornando-se cidadãos de terceira classe. Desde então, o Brasil carrega consigo a herança do preconceito e da discriminação contra negros.

E essa disparidade também se reflete no cotidiano dos bancários e trabalhadores do ramo financeiro. Segundo o relatório social da Federação dos Bancos (Febraban), os negros representam apenas 2,4% do quadro funcional das instituições bancárias em todo o país, enquanto os brancos são 84,1%.

Uma pesquisa elaborada pelo Observatório Social no ABN Amro, em 2007, mostrou que entre os 22.393 funcionários do banco na época, apenas 9,7% eram negros (pretos e pardos). Além de ser algo pouco representativo, eles também exerciam funções com salários inferiores, com um teto máximo que não chegava aos R\$ 2.000. Não havia diretores negros e, entre os gerentes, somente 2% eram negros no ano de 2002.

Portanto, além da busca pela igualdade salarial e funcional, outra prioridade deve ser a luta pela implementação de políticas públicas na área e pela manutenção e ampliação das ações afirmativas que já estão sendo executadas pelo governo federal. É fundamental também batalhar pela aprovação do Estatuto de Igualdade Racial, que garantirá a maior representatividade de negros nas empresas brasileiras, atendendo boa parte das reivindicações históricas do movimento negro.

### **4.3. FORMAÇÃO**

A ascensão do novo sindicalismo, assim chamado o sindicalismo combativo surgido no final da década de 70, trouxe consigo uma nova classe dirigente formada por lutadores que por longos anos fizeram o enfrentamento ao regime ditatorial e à classe dominante.

Esses dirigentes sindicais, na sua maciça maioria, vieram ideologicamente formados. Oriundos do movimento estudantil, da igreja, de partidos políticos, de organizações políticas clandestinas, de alguma forma já tinham recebido algum conhecimento que lhes permitiram saber o significado de sua intervenção e do seu papel na defesa dos interesses dos trabalhadores e na construção da democracia. Sabiam que vinham para organizar os trabalhadores e liderar a luta de classes.

Entretanto, o passar do tempo e o envolvimento nas lutas diárias fizeram com que a formação de novos quadros fosse deixada para segundo plano. Com isso, ocorreu um fenômeno facilmente explicado: a chegada aos sindicatos de uma leva de dirigentes sem a mínima consciência do papel a ser desempenhado. Isso resultou num forte refluxo no avanço dos trabalhadores.

Também a falta de uma pauta mais ideológica e um forte apelo economicista recebido nos locais de trabalho ajudaram a trazer para a direção sindical lideranças comprometidas apenas com o resultado, sem saber que as vitórias somente serão alcançadas no campo da luta de classes.

Esse cenário mostra a importância de fortalecer as políticas de formação da Feeb-RS no próximo período. Para tanto, propomos:

- a) continuidade do projeto de formação, iniciado em 2009, dirigido aos novos dirigentes sindicais não liberados;
- b) realização de cursos específicos direcionados aos dirigentes liberados, delegados sindicais, vanguarda e demais lutadores, visando qualificá-los para a sua missão cotidiana, tais como: matemática financeira, cálculos sindicais, comunicação, oratória e desinibição, economia política, história das lutas dos trabalhadores, previdência pública, previdência complementar e análise de conjuntura, dentre outros;
- c) retomada das palestras sobre análise de conjuntura ou tema da atualidade sempre que forem realizadas reuniões do Sistema Diretivo da Feeb-RS;
- d) firmar convênios com a Escola Sul-CUT, Dieese e universidades para a realização de cursos de especialização com temas voltados para a atividade sindical.

### **4.4. COMUNICAÇÃO**

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada no final de 2009, foi um marco na história da comunicação no Brasil e na luta da sociedade civil pela

democratização dos veículos. O evento reconheceu o direito humano à comunicação como direito fundamental na Constituição Federal. A CUT e o movimento sindical participaram ativamente, defendendo as demandas dos trabalhadores.

Importantes propostas foram aprovadas para garantir controle público e participação da sociedade, como a adoção de mecanismos de controle social na atuação das emissoras de rádio e TV. Merece destaque a criação do Conselho Nacional de Comunicação, junto com os conselhos estaduais, distrital e municipais, que funcionem com instâncias de formulação, deliberação e monitoramento das políticas de comunicação no país. Esses conselhos seriam formados com garantia de ampla participação de todos os setores.

A 1ª Confecom definiu que os serviços de rádio e TV continuem sendo prestados em regime público, com claros requisitos contratuais e sujeitos à regulação e fiscalização do Poder Público. Apesar dos embates e animosidades, o encontro revelou disposição de diálogo para a construção de pontes entre setores com visões diferentes.

A conferência também aprovou o apoio ao projeto de lei em discussão na Câmara Federal que institui uma nova lei de imprensa (PL 3232/92, do Senado). O objetivo é disciplinar a responsabilidade dos meios de comunicação e evitar que questões como o direito de resposta fiquem a cargo da Justiça.

Ainda foram aprovadas três propostas da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj): a criação de um conselho federal, um código de ética do jornalismo e a volta da exigência do diploma para os profissionais do setor. Essas sugestões tiveram votos contrários dos empresários, que apoiam a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra o diploma e afirmaram que o controle social fere a liberdade de expressão. Os barões da mídia querem continuar sendo o Partido da Imprensa Golpista (PIG), o que precisa ser combatido pelos movimentos sociais.

As reivindicações aprovadas da sociedade civil, envolvendo ainda questões como fundo de apoio às rádios comunitárias, internet livre, banda larga para todos e criação do Observatório de Mídia da Igualdade Racial, deverão ser agora encaminhadas pelo governo ao Congresso Nacional na forma de projetos de lei.

A Feeb-RS, que avançou na atual gestão com a criação do Departamento de Comunicação sinalizando, principalmente para todos os sindicatos filiados, que comunicação deve ser tratada na prática como prioridade pelo movimento sindical, deve atuar em conjunto com os movimentos sociais para acompanhar o encaminhamento das importantes propostas aprovadas na 1ª Confecom.

Por oportuno, é inadmissível que ainda haja entidades sindicais que não compreenderam a importância em investir na comunicação para levar informação com credibilidade e compromisso com a verdade ao trabalhador e fazer a disputa de hegemonia na sociedade. No mundo em tempo real que vivemos, conectado 24 horas, os trabalhadores precisam ser protagonistas e não meros espectadores.

Cabe à próxima gestão da Feeb-RS dar continuidade à política de comunicação da entidade, fortalecendo o Coletivo Estadual de Comunicação e implementando as orientações do II Seminário de Comunicação. A cobertura de todos os eventos, a produção de materiais cada vez mais qualificados para divulgar as lutas da

categoria, a organização de cursos e seminários, o trabalho incansável de assessoria de imprensa e o aprimoramento técnico são desafios permanentes para reforçar a atuação da Feeb-RS nos próximos três anos.

#### **4.5. JURÍDICO**

A Feeb/RS tem o papel fundamental de informar, orientar e representar os seus sindicatos. O Departamento Jurídico cumpre uma parte estratégica nesse contexto. Para tanto, é necessário somar esforços para instituir uma rede jurídica que permita a ampliação e o aprofundamento de temas, debates e ações inerentes à preservação e à ampliação das conquistas e dos direitos dos trabalhadores em instituições financeiras.

O Jurídico precisa avançar em sua área, interagindo com outros operadores do direito, possibilitando o diálogo de nossa categoria com toda a sociedade. Desafios como as práticas antissindicais e os Interditos Proibitórios e suas Atas Notariais, por exemplo, serão vencidos com os respectivos debates ideológicos, para os quais precisamos estar preparados e instrumentalizados; disseminando pelo Estado, nos mais variados fóruns, a visão e a defesa do trabalhador.

As ações judiciais precisam ir além das que possuem o propósito da recuperação financeira e monetária. Precisamos, por exemplo, estudar novas estratégias para garantir o exercício do direito de greve, fundamental para avançar as lutas da categoria. Também devemos avançar e propor alternativas em temas como saúde, meio ambiente, direito do consumidor e segurança.

Precisamos ainda retomar debates e propostas sobre a reforma e a estrutura sindical, envolvendo os trabalhadores, legitimando-os e fortalecendo os sindicatos filiados.

Frente a todas essas questões, entre outras, é preciso continuar investindo nas assessorias técnicas e melhorando a estrutura do Departamento Jurídico, a fim de garantir eficácia e resolutividade às ações propostas, inclusive, possibilitando a integração contínua e permanente da Feeb-RS e sindicatos filiados.

#### **4.6. SEGURANÇA BANCÁRIA**

A onda de insegurança que os trabalhadores em instituições financeiras, clientes e usuários, e a sociedade tem vivido não pode mais ser suportada. Em 2009, os assaltos (tentados ou consumados), arrombamentos, seqüestros e furtos atingiram 127 ocorrências no RS, isto é, uma ocorrência a cada três dias, conforme estatística do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, com base em notícias da imprensa e informações da categoria.

Tais ataques são frutos dos escassos investimentos em equipamentos e medidas de prevenção em segurança. Os bancos acumulam lucros sempre maiores, mas não investem em segurança à altura dos juros e tarifas que cobram dos seus clientes.

Não obstante, as ações dos bandidos e das quadrilhas se apresentam cada vez

mais ousadas e aparelhadas, também em razão da carência de políticas públicas para buscar inclusão social e a cidadania, combinando com o desmonte da segurança pública no governo Yeda. Faltam, por exemplo, viaturas e policiais nas ruas para inibir o ataque dos criminosos, além de investimentos para a área de inteligência, cooperação entre as polícias e para a valorização e a melhoria das condições de trabalho dos policiais.

A Feeb/RS, em conjunto com os sindicatos, deve seguir participando de fóruns como o Grupo Interinstitucional de Trabalho sobre Segurança Bancária, coordenado pela Secretaria da Segurança Pública do RS, cobrando medidas para acabar com essa onda de insegurança. Também deve continuar integrando o Coletivo Nacional de Segurança Bancária, coordenado pela Contraf-CUT, que representa a categoria na Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), da Polícia Federal, em Brasília, acompanhando os processos abertos contra os bancos que descumprem a legislação de segurança.

Também é importante realizar manifestações, protestos e denúncias nas câmaras municipais, na Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional, no Ministério da Justiça, aprofundando ainda as parcerias com os vigilantes, que são igualmente vítimas do descaso dos bancos.

Devemos incentivar a criação de estatísticas de assaltos, sequestros, arrombamentos e outras ações criminosas nos bancos, em cada base sindical, instrumentalizando, aprimorando e qualificando a estatística estadual.

A Feeb-RS deve mapear e orientar os sindicatos filiados a apresentarem projetos de lei junto às câmaras municipais, propondo a instalação de portas giratórias de segurança com detectores de metais em todos os acessos destinados ao público, inclusive na sala de autoatendimento, além de câmeras de vídeo com monitoramento à distância e vidros a prova de balas nas fachadas externas, promovendo um amplo debate com a sociedade sobre a segurança em todo o Estado.

As entidades também devem montar estruturas de apoio, com assessorias técnicas, para as vítimas de assaltos e seqüestros, cobrando dos bancos o FECHAMENTO da agência ou posto no dia do assalto, face ao impacto da violência; a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT); e assistência médica e psicológica para quem presenciou e/ou sofreu o assalto ou foi vítima de seqüestro.

A Feeb/RS e a Contraf-CUT devem ainda exigir a retomada dos trabalhos da Comissão de Segurança Bancária junto à Fenaban, estabelecida na Cláusula 42ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2009/2010.

A vida está acima dos lucros e do patrimônio das instituições financeiras!

**Porto Alegre, 1º de fevereiro de 2010.**

**Ano do 67º aniversário da Feeb-RS**

## **ARTICULAÇÃO SINDICAL BANCÁRIA**

Carlos Augusto Oliveira Rocha

Paulo Roberto Stekel

Eloi Valdir Horst ( Melão)

Lucio Mauro Barros Paz

Ana Maria B. Furquim

Ari Aloraldo do Nascimento

Zig Terezinha de Oliveira

Tiago. Vasconcelos

Maristela Rocha

Flavio Pastoriz

Ademir Wiederkehr